

SePEX 2025

**CONHECIMENTO
QUE TRANSFORMA.
PESQUISA QUE
CONECTA.**

Descubra ideias, projetos e
soluções inovadoras que
impulsionam o futuro.



PESQUISA

Que gera descobertas
e novas perspectivas.



INOVAÇÃO

Que transforma ideias
em soluções.



IMPACTO

Que conecta ciência
e sociedade.



DIREITO

Justiça, cidadania e transformação
social por meio do conhecimento.

**PROTAGONISMO
ACADÊMICO**

**RESULTADOS
QUE INSPIRAM**



SUMÁRIO

DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: análise da realidade das pessoas em situação de rua na cidade de Três Corações – MG – causas, impactos e propostas de ação.....	4
CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, APOIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	5
IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE “ADULTIZAÇÃO” DA INFÂNCIA	6
DIREITO DE FAMÍLIA: apoio jurídico em cada etapa da vida	7
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: a insegurança judiciária	8
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS EM REDES SOCIAIS	9
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MANIPULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA: fundamentos para a emergência do quarto Pilar Constitucional.....	10
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: desafios à luz da LGPD no tribunal de justiça de Minas Gerais	11
DOLUS MALUS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: quando a mão do macaco atendeu ao desejo dos juristas	12
ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: os direitos e deveres das crianças e adolescentes no ambiente escolar	13
LAUDO PARTICULAR E A PERÍCIA OFICIAL NO CONTEXTO DO BPC/LOAS: uma análise comparativa.....	14
A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA MANUTENÇÃO DE CONTATO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR.....	15
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA CONTRA ABUSOS FAMILIARES À LUZ DO ECA.....	16
EXECUÇÃO PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: efetividade e desafios no sistema prisional brasileiro.....	17
IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA.....	18
A POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS CASOS DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TRÁFICO PRIVILEGIADO	19
MULHERES AGREDIDAS E SUAS NECESSIDADES DE APOIO PÓS AGRESSÃO E O POSICIONAMENTO ESTATAL NESSA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA	20
PENAS DESIGUAIS? percepções de discrepância entre roubo e furto de celulares no Brasil.....	21
PSICOLOGIA COGNITIVA E DIREITO: os vieses na decisão judicial brasileira	22
EXECUÇÃO PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: efetividade e desafios no sistema prisional brasileiro	23
O DIREITO PENAL E A INIMPUTABILIDADE DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS MENTAIS.....	24

A INCONSTITUCIONALIDADE DA QUALIFICADORA DO HOMICÍDIO FUNCIONAL EM FACE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	25
LAUDO PARTICULAR E A PERÍCIA OFICIAL NO CONTEXTO DO BPC/LOAS: uma análise comparativa.....	26
COBERTURA HOSPITALAR PELOS PLANOS DE SAÚDE E SUAS NEGATIVAS	27
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CURADOR SOBRE A TOMADA DE DECISÕES MÉDICAS DE PESSOAS INTERDITAS: análise a luz do Direito Civil Brasileiro	28
INDEFERIMENTO INDEVIDO EM COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: limites de atuação e responsabilidade por danos morais.....	29
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DESAFIOS À LUZ DA LGPD NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.....	30
PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E CUMULAÇÃO DE ALIMENTOS: reflexões à luz do princípio do melhor interesse da criança.....	31
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES: o dano moral por abandono afetivo	32
A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA MANUTENÇÃO DE CONTATO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR.....	33
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASOS DE DANOS À SAÚDE MENTAL DO EMPREGADO	34
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA CONTRA ABUSOS FAMILIARES À LUZ DO ECA.....	35
O PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA COMO PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS	36
ADOÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO: avanços e desafios	37
GOLPES E FRAUDES DO FALSO ADVOGADO: como garantir o ressarcimento das vítimas de falsos advogados?	38
DIREITO DE FAMÍLIA: a responsabilidade civil por abandono afetivo de incapaz e suas consequências no ordenamento jurídico brasileiro.....	39
A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO TRABALHADOR RURAL	40
ADULTIZAÇÃO PRECOCE PELAS MÍDIAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: os desafios para sua efetividade	41
A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES E OS EFEITOS JURÍDICOS DA AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DETRAN	42
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	43
EXECUÇÃO PENAL HUMANIZADA: a experiência das APACs no sistema penal brasileiro....	44

DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: análise da realidade das pessoas em situação de rua na cidade de Três Corações – MG – causas, impactos e propostas de ação

2º período do curso de Direito. UninCor. be_rosostolato@hotmail.com
Carolina Isabel Carneiro Rodrigues. UninCor. direitotc@unincor.edu.br
Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com
Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

O presente trabalho tem por objeto a análise da situação de vulnerabilidade e exclusão social dos moradores em situação de rua no município de Três Corações. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo junto a essa população, bem como a comerciantes e residentes locais, com o intuito de identificar as principais dificuldades enfrentadas por todos os envolvidos, especialmente no tocante ao acesso a direitos fundamentais. Com base nos dados coletados, elaborou-se um projeto de lei e uma proposta de Medida de Segurança, visando assegurar a essas pessoas maiores efetividade no acesso ao Poder Judiciário e a garantia da dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Desigualdade e exclusão social; Pessoas em situação de rua; e Três Corações – MG.

CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, APOIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

3º período do curso de Direito. UninCor. ris.marques2706@gmail.com
Carolina Isabel Carneiro Rodrigues. UninCor. direitotc@unincor.edu.br
Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com
Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

O presente projeto tem como propósito enfrentar a violência de gênero por meio de ações educativas e de conscientização social. A iniciativa busca ampliar o acesso à informação, promover o debate crítico sobre a cultura machista enraizada nas relações sociais e fortalecer a rede de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade. Informar a Comunidade sobre os direitos das mulheres e os canais de denúncia contra a violência. Conscientizar a população sobre as diferentes formas de violência de gênero e seus impactos sociais. Incentivar a busca por apoio na rede de proteção e o combate a cultura machista.

Palavras-chave: Conscientização; Enfrentamento à violência de gênero; Apoio e transformação social

IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE “ADULTIZAÇÃO” DA INFÂNCIA

4º período do curso de Direito. UninCor. paivarick2011@gmail.com

Carolina Isabel Carneiro Rodrigues. UninCor. direitotc@unincor.edu.br

Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com

Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

A “adultização” ocorre quando crianças ou adolescentes passam a assumir responsabilidades que não lhes são próprias, ou seja, encargos que deveriam caber exclusivamente aos seus responsáveis legais. Trata-se, portanto, de uma atribuição precoce e inadequada, por não corresponder à sua faixa etária, que acaba sendo internalizada ou mesmo imposta à sua psique. Nesse contexto, é comum que sejam expostos às mídias sociais desde muito cedo, com ou sem seu consentimento, muitas vezes por iniciativa dos próprios genitores, em razão de parecer algo natural, aceitável ou até mesmo desejável. Diante desse cenário, torna-se fundamental promover, no ambiente escolar, ações educativas que conscientizem crianças e adolescentes sobre os riscos presentes na internet. Essas iniciativas devem ter como objetivo o desenvolvimento de competências que favoreçam o uso seguro, crítico e responsável dos meios digitais, fortalecendo sua autonomia e protegendo-os de possíveis impactos negativos.

Palavras-chave: Impacto das mídias sociais; Processo de “adultização” da infância.

DIREITO DE FAMÍLIA: apoio jurídico em cada etapa da vida

6º período do curso de Direito. UninCor. tpereirasilvafrancisco@gmail.com

Carolina Isabel Carneiro Rodrigues. UninCor. direitotc@unincor.edu.br

Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com

Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

O trabalho desenvolvido pelos alunos do 6º período do curso de Direito do Centro Universitário UninCor tem como tema: “Direito de Família: Apoio Jurídico em Cada Etapa da Vida” tem como objetivo promover a integração entre a comunidade acadêmica e o público externo, proporcionando um espaço de reflexão e diálogo sobre a importância do Direito de Família no amparo jurídico das relações humanas ao longo da vida. A atividade busca abordar questões essenciais relacionadas ao casamento, união estável, filiação, guarda, alimentos, sucessões e outros aspectos que envolvem a proteção e a dignidade das pessoas, contribuindo para a formação cidadão e o fortalecimento do vínculo entre o conhecimento jurídico e a sociedade. O conhecimento sobre os direitos familiares são fundamentais para assegurar relações familiares equilibradas e pautadas no respeito. Garantindo o reconhecimento e a igualdade entre todos, valorizando os laços afetivos e a convivência.

Palavras-chave: Proteção; Convivência; Dignidade.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: a insegurança judiciária

Autora: Estefânia Isabele Lima. UninCor. tpereirasilvafrancisco@gmail.com

Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

A violência contra a mulher no Brasil permanece como grave violação de direitos humanos e problema estrutural. Nesta pesquisa, examina-se como as deficiências institucionais do sistema judiciário e a insegurança jurídica agravam a situação de vulnerabilidade das mulheres vítimas, mesmo após a promulgação de marcos legais como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Baseando-se em revisão bibliográfica e na análise de pesquisas empíricas, discutem-se os obstáculos ao acesso à justiça, a morosidade, a cultura institucional machista e a insuficiência de mecanismos de proteção efetiva. Conclui-se que, para além do arcabouço normativo, é necessário aperfeiçoar o funcionamento do sistema de justiça, fortalecer a interseção entre políticas públicas e instituições jurídicas, e promover uma cultura de responsabilização e proteção para garantir segurança real às mulheres.

Palavras-Chave: violência doméstica; mulher; acesso à justiça; insegurança judiciária; Brasil.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS EM REDES SOCIAIS

5º período do curso de Direito. UninCor. leonardohmr80@gmail.com
Carolina Isabel Carneiro Rodrigues. UninCor. direitotc@unincor.edu.br
Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com
Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

O uso diário de redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp nos conecta de maneiras extraordinárias, mas também expõe uma faceta sombria da interação digital: o crescente número de ofensas virtuais. Difamação, calúnia e cyberbullying tornaram-se ocorrências comuns, gerando danos reais na vida das pessoas. A principal dificuldade enfrentada pela comunidade é o desconhecimento sobre onde termina a liberdade de expressão e onde começa a ofensa passível de reparação civil. Este guia tem como missão esclarecer, de forma clara, como as ações online geram consequências sérias e tangíveis na vida social, educacional, econômica e cultural de indivíduos e negócios. Este guia é fruto de um projeto de extensão universitária, desenvolvido por estudantes de Direito para responder a uma necessidade real de nossa comunidade: compreender essa dinâmica para navegar no ambiente digital de forma mais segura e responsável.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil; Danos Morais; Redes Sociais.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MANIPULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA: fundamentos para a emergência do quarto Pilar Constitucional

Rosana Aparecida Bernardino. UninCor. prof.rosanah@gmail.com
Prof. Dr. Zionel Santana. UninCor. zionel@unincor.edu.br

Este estudo analisa como a Inteligência Artificial (IA), especialmente por meio de algoritmos de personalização, influência e manipula a consciência e o comportamento humano, com foco nas populações digitalmente vulneráveis. A pesquisa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa e abordagem qualitativa, examinou produções científicas publicadas entre 2020 e 2025 sobre modulação algorítmica, desinformação e alfabetização midiática. Os resultados indicam que os sistemas de IA, ao coletar e processar grandes volumes de dados, criam perfis comportamentais detalhados e moldam decisões individuais ao reforçar vieses, direcionar conteúdos e limitar o acesso a perspectivas divergentes. Evidenciou-se que jovens, idosos e indivíduos com baixa alfabetização digital são mais suscetíveis à manipulação, tornando-se alvos de desinformação e práticas que afetam emoções, opiniões e autonomia decisória. Conclui-se que a manipulação algorítmica representa risco à democracia, à liberdade individual e ao equilíbrio informacional, destacando-se a urgência de políticas públicas, educação digital e regulamentação ética de sistemas de IA.

Palavras-chave: Inteligência artificial; Manipulação da consciência; Autonomia cognitiva; Quarto pilar constitucional; Direitos fundamentais.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: desafios à luz da LGPD no tribunal de justiça de Minas Gerais

Lucas dos Santos Machado Pires. UninCor. lucas.pires@aluno.unincor.edu.br
Prof. Me. Daniel Santos Ribeiro. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

O presente artigo aborda os desafios enfrentados pelo judiciário, especialmente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a implementação de sistemas de inteligência artificial, e a conformidade com a Lei nº 13.709/2018, visto que a incorporação da IA no judiciário representa uma transformação enorme na prestação jurisdicional, ao promover maior eficiência e celeridade processual. O uso indiscriminado de dados pessoais sensíveis nesses sistemas gera preocupação quanto à privacidade, transparência e à segurança da informação, especialmente nos processos que tramitam sob sigilo de justiça e, diante disso, o estudo busca compreender como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem conciliado inovação tecnológica e proteção de dados, avaliando sua governança e os riscos decorrentes do uso de algoritmos e sistemas automatizados ou generativos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada em análise bibliográfica e documental, para verificar os avanços na adoção de políticas de adequação e transparência, e os desafios quanto a diminuição de vieses algorítmicos e proteção efetiva dos dados pessoais. A adoção da inteligência artificial no âmbito do TJMG exige um fortalecimento da governança de dados de modo a equilibrar inovação, eficiência e respeito aos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Governança de dados; judiciário; inteligência artificial.

DOLUS MALUS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: quando a mão do macaco atendeu ao desejo dos juristas

Cainan Andrade Vallim Garcia. UninCor. cainanandrade01@gmail.com
Prof. Me. Julio Cesar de Paiva. UninCor. prof.julio.paiva@unincor.edu.br

No presente artigo analisou-se o dolo exigido para a caracterização da improbidade administrativa, verificando se tal instituto encontra correspondência em alguma das teorias penais que versam sobre o respectivo elemento subjetivo. Com isso, buscou-se verificar se há eventual incongruência na sistemática sancionatória do ordenamento jurídico pátrio, comparando o dolo da improbidade administrativa com a atual formulação do instituto aceita no âmbito de aplicação do Direito Penal. Para tanto, evidenciou-se o caráter de última ratio do Direito Penal, tratando de institutos que lhe são particulares e analisou-se a concepção do dolo em ambas as searas (penal e improbidade administrativa), para, ao final, confrontá-las, tudo sob a analogia com o conto de terror A Mão do Macaco. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando obras de penalistas das doutrinas majoritária e minoritária, bem como de decisões judiciais dos Tribunais Federais. Concluiu-se que a improbidade administrativa adota a concepção neokantista de dolo - *dolus malus* - e que isto representa uma desproporcionalidade entre os ramos jurídicos enfocados no trabalho, demonstrando que há a incongruência sistêmica ventilada.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Dolo. Teoria Neokantista do Delito. Brasil.

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: os direitos e deveres das crianças e adolescentes no ambiente escolar

Autor: Jomar da Silva Alves. UninCor. jomarsalves@yahoo.com.br
Prof. Me. Fabiano Guimaraes Nogueira. UninCor. fabiano.nogueira@unincor.edu.br

O ECA é garantia a crianças e adolescentes de direitos fundamentais. Porém, esses direitos implicam em deveres, como o de frequentar a escola e respeitar professores, cuidar do próprio ambiente, participar de forma respeitosa em família e comunidade e respeitar a liberdade e os direitos alheios, que se encontram implícitos nas normativas, trazendo, inclusive, possíveis sanções por atos delinquentes praticados pelos protagonistas do ECA, a saber, crianças e adolescentes. Objetiva-se analisar bibliografias e estatísticas sobre o comportamento de educandos diante dos direitos oferecidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente, em conjunto com a inobservância dos deveres dos mesmos não apreciados por educadores no contexto do ambiente escolar. A metodologia será do tipo bibliográfico, com análise e estudo de materiais que apontem o teor da pesquisa, com levantamento estatístico oficial de procedimentos sobre o enfrentamento à falta de limites em ambientes escolares, originando cenas de agressões diversas a trabalhadores da educação. Uma conclusão auxilia a busca por formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, trazendo, para o ambiente escolar, um local de respeito mútuo, inclusivo e acolhedor, para uma sociedade igualmente justa, harmoniosa e respeitosa tão vislumbrada.

Palavras-Chave: Estatuto da criança e adolescente; Os direitos e deveres das crianças; Ambiente escolar.

LAUDO PARTICULAR E A PERÍCIA OFICIAL NO CONTEXTO DO BPC/LOAS: uma análise comparativa

Gabriela dos Reis Sales. UninCor. gabireisales52@gmail.com.
Daniel Santos Ribeiro. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

O acesso à previdência social é um direito fundamental que garante proteção ao cidadão em situações de incapacidade, idade avançada ou vulnerabilidade. No entanto, as dificuldades de acesso à perícia médica oficial do INSS têm se mostrado um obstáculo à efetivação desse direito, comprometendo a concessão de benefícios essenciais à subsistência. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a força probatória do laudo médico particular no processo previdenciário, considerando as limitações de acesso à perícia do INSS e os princípios do contraditório e da ampla defesa. Como objetivos específicos, busca-se: Investigar o papel do laudo particular como início ou complemento de prova; avaliar a aplicação dos princípios constitucionais na aceitação dessa prova e analisar a relevância social do BPC/LOAS diante da demora nas perícias oficiais. A metodologia utilizada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Foram analisadas obras doutrinárias, como as de Gustavo Filipe Barbosa Garcia, além da Constituição Federal, das Leis nº 8.213/91 e nº 8.742/93 e do Código de Processo Civil, bem como decisões do STF, STJ e Tribunais Regionais Federais sobre o tema. Assim, o estudo busca demonstrar como o reconhecimento do laudo médico particular pode contribuir para a efetividade do direito previdenciário e a concretização da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Previdência; Benefício de Prestação Continuada; Perícia Médica Particular.

A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA MANUTENÇÃO DE CONTATO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR

Bruna Barbosa Silva. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br.
Daniel Santos Ribeiro. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

Introdução : A violência doméstica contra a mulher permanece como um problema estrutural no Brasil, marcado por fatores emocionais, econômicos e sociais que dificultam a ruptura do ciclo de agressões. As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha foram criadas para garantir a segurança da vítima e interromper a continuidade da violência; contudo, sua efetividade pode ser reduzida quando a mulher mantém contato com o agressor. Este artigo tem como objetivo analisar os fatores que levam à manutenção desse vínculo e como isso interfere na execução das medidas protetivas. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos jurídicos publicados entre 2010 e 2025. Os resultados apontam que o contato com o agressor não implica ausência de risco, mas reflete elementos como dependência emocional, vulnerabilidade econômica, manipulação psicológica e pressão social. Observou-se, ainda, que a interpretação equivocada desse contato pelo sistema de justiça pode comprometer a proteção da vítima. Conclui-se que a eficácia das medidas protetivas depende não apenas da determinação judicial, mas também da atuação intersetorial do Estado, envolvendo apoio psicossocial contínuo, fortalecimento das redes de proteção e ações que promovam autonomia econômica da mulher:

Palavras-Chave: Medida protetiva; Lei Maria da Penha; Aplicação e desafios; Vítima e agressor.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA CONTRA ABUSOS FAMILIARES À LUZ DO ECA

Lauana Sarah Mafra Salgado. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br
Daniel Santos Ribeiro. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

A violência familiar contra crianças com deficiência é um problema grave e invisível, que as torna mais propensas a serem vítimas de abusos do que crianças sem deficiência. A violência familiar contra crianças com deficiência, caracterizada por abuso físico, psicológico, sexual, negligência e discriminação, tem, por vezes, mas não preponderante, causas como sobrecarga de cuidadores, falta de apoio estatal e preconceito social, sendo as mães, pais e irmãos os principais agressores. Visando a proteção à criança e adolescente, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco legal na proteção integral das crianças e dos adolescentes com deficiência, assegurando que eles tenham os mesmos direitos que os demais, sem qualquer tipo de discriminação, salientando com bastante ênfase que todos os direitos são aplicáveis a crianças e adolescentes sem discriminação por motivo de deficiência. Neste trabalho encontra-se a exposição do problema que envolve a violência a crianças e adolescentes com deficiências diante de normativas, especificamente no meio familiar com suas consequências aos atores afligidos, objetivando ações que auxiliem a busca por efetiva proteção a crianças e adolescentes com deficiências, já com grande dificuldade por si só.

Palavras-Chave: Desafios na proteção; Crianças com deficiência; Abusos familiares, ECA.

EXECUÇÃO PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: efetividade e desafios no sistema prisional brasileiro

Vitória Marine Santos Domingos. UninCor.

Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

O presente artigo analisa a efetividade do monitoramento eletrônico como medida de execução penal no Brasil, investigando se essa tecnologia representa uma alternativa viável ao encarceramento ou se constitui apenas uma resposta paliativa diante do colapso do sistema prisional. A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise normativa. Foram examinadas a legislação pertinente, decisões judiciais relevantes, relatórios institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), bem como obras de referência da criminologia crítica e da doutrina jurídica. Os efeitos apontam que, embora o monitoramento eletrônico contribua para reduzir custos e favorecer a permanência do apenado em seu convívio familiar e social, ele não enfrenta as causas estruturais da crise penitenciária brasileira. Ademais, tende a reproduzir a seletividade penal e o estigma social, ampliando o alcance do controle punitivo. Entende-se que o monitoramento eletrônico possui efetividade limitada, devendo ser compreendido como instrumento auxiliar, cuja eficiência depende de políticas públicas integradas de reinserção social, educação e acompanhamento psicossocial. Assim, sua aplicação isolada não é suficiente para promover uma transformação estrutural no sistema penal brasileiro.

Palavra- chave: Monitoramento eletrônico. Execução penal. Efetividade.

IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Cleberon Rodrigues Vilela Salgado. UninCor. cleberonvilela08@gmail.com
Prof. Marco Aurélio Chaucke Piovezan. UninCor. marcopiovezan@outlook.com

A comunicação constitui um dos principais instrumentos estratégicos da gestão pública contemporânea. Mais do que transmitir informações, ela possibilita a aproximação entre governo e sociedade, fortalece a transparência administrativa, viabiliza o controle social e amplia a participação cidadã. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da comunicação na gestão pública, destacando sua contribuição para a eficiência administrativa, a legitimidade governamental e a construção de confiança junto à população. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, com foco em autores da área de administração pública, comunicação organizacional e legislações pertinentes, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os resultados apontam que a comunicação, quando estruturada de forma clara, acessível e democrática, é capaz de promover não apenas a efetividade das políticas públicas, mas também a consolidação de um modelo de governança participativa e transparente. Entende-se que investir em práticas comunicacionais qualificadas é condição indispensável para o fortalecimento da gestão pública e para a promoção do interesse coletivo.

Palavras-Chave: Comunicação; Gestão pública; Informação

A POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS CASOS DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA TRÁFICO PRIVILEGIADO

Otávio Gabriel Gomes. UninCor. otavio.gomes@aluno.unincor.edu.br
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

O presente artigo analisa a discricionariedade do Ministério Público no cabimento do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), especialmente quanto à sua aplicação nos casos de desclassificação para tráfico privilegiado, previsto no art. 33, §4º, da Lei n.º 11.343/2006. O estudo parte da discussão teórica sobre o poder discricionário e sua relação com a autonomia funcional do Ministério Público, destacando os limites constitucionais e jurídicos da atuação ministerial. A pesquisa, de caráter qualitativo e natureza explicativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise jurisprudencial de julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, com ênfase no REsp n.º 2038947/STJ e no HC n.º 185.913/DF. Verificou-se que a discricionariedade ministerial para oferta do ANPP deve ser compreendida como regra ou vinculada aos requisitos legais, afastando-se o entendimento de que se trata de mera faculdade. No contexto do tráfico privilegiado, conclui-se que, preenchidos os pressupostos do art. 28-A do Código de Processo Penal, o Ministério Público tem o dever de fundamentar de forma concreta eventual recusa de proposta, sob pena de violação aos princípios da legalidade, isonomia e proporcionalidade. O estudo reforça a necessidade de uniformização interpretativa para garantir uma aplicação justa e constitucionalmente orientada do ANPP no sistema de justiça penal brasileiro.

Palavras-Chave: Acordo de não Persecução Penal; Tráfico Privilegiado; Cabimento; Desclassificação.

MULHERES AGREDIDAS E SUAS NECESSIDADES DE APOIO PÓS AGRESSÃO E O POSICIONAMENTO ESTATAL NESSA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA

Patrícia Gritte Nicolau. UninCor.
Daniel Santos Ribeiro. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

A abordagem da violência contra a mulher começa muito antes da criação da “lei Maria da Penha”, Lei nº 11.340/2006, vinda para coibir a violência doméstica e familiar, buscando prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Este tipo de afronta vem enraizado na sociedade com a visão retrógrada patriarcal que tem seus princípios reproduzidos, ainda que em novas conotações no decorrer do tempo e geografia. Mas o problema é o mesmo: a mulher como objeto de agressões no meio social em que esta se insere, principalmente no seio da família. A violência contra a mulher é percebido que não cessa após o afastamento do agressor, quer seja por medida protetiva, quer seja com a punição com cerceamento de liberdade. Ela continua na agressão psicológica sofrida, uma cicatriz permanente que lateja diuturnamente. É nesta seara que este trabalho se desenvolveu, buscando mostrar o quanto a mulher é vulnerável, sensível às mazelas que a violência sofrida trás e a importância do apoio social, familiar e estatal para amenizar tal sofrimento, não encontrando um apoio efetivo para sanar a ferida psicológica e sua recuperação de autoestima, após análise e fundamentos da importância dos ramos sociais que as cercam, na superação dos traumas psicológicos pós-violência e que ainda se encontram omissos aqueles que podem ou poderiam assim atuar.

Palavras-chave: Mulher, violência psicológica, apoio.

PENAS DESIGUAIS? percepções de discrepância entre roubo e furto de celulares no Brasil

João Victor Venâncio de Souza. UninCor. venanciosouza08@gmail.com
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

A subtração de telefones celulares tornou-se um dos eventos patrimoniais mais frequentes nas cidades brasileiras e produz danos que ultrapassam o valor do bem, envolvendo perda de dados, acesso a serviços financeiros e abalos emocionais. Nesse cenário, espalhou-se a impressão de que o sistema penal pune de modo desigual o roubo e o furto de celulares, ora com severidade, ora com brandura. O resumo apresenta os principais achados de um estudo que confronta essa percepção com o marco legal, decisões recentes e evidências empíricas. Examinar se a sensação de discrepância entre as penas de roubo e furto de celulares se confirma no Código Penal e na jurisprudência, e discutir efeitos sociais ligados à vitimização cotidiana, cobertura midiática e mercado de aparelhos usados. Análise normativa dos artigos 155 e 157 do Código Penal; exame de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre dosimetria, furto privilegiado e princípio da insignificância; leitura crítica de até dez estudos indexados (2020–2025); uso de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e de documentos oficiais sobre bloqueio e rastreabilidade de aparelhos. As diferenças punitivas decorrem da proteção reforçada do roubo à integridade da vítima e da existência, no furto, de redutores como o privilégio do §2º. A jurisprudência exige fundamentação concreta para majorações e aplica com parcimônia a insignificância. A vitimização digital pós-subtração alimenta a percepção de impunidade. Conclusão ou Considerações finais: Não há desigualdade ilegítima, mas descompasso entre experiência da vítima e tipificação do fato inicial; respostas combinam punição proporcional, bloqueio ágil e governança tecnológica.

Palavras-Chave: roubo de celulares; furto de celulares; dosimetria da pena; estelionato eletrônico.

PSICOLOGIA COGNITIVA E DIREITO: os vieses na decisão judicial brasileira

Pedro Henrique Vicente. UninCor. pedrooh989@gmail.com
Daniel Tardeli Valadão. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel dos vieses cognitivos na tomada de decisão judicial no Brasil, discutindo de que forma fatores psicológicos podem comprometer a imparcialidade e a segurança jurídica. Fundamenta-se em pesquisa qualitativa e bibliográfica, com base em autores da psicologia cognitiva e da teoria do direito. O estudo busca evidenciar que, embora o ideal de imparcialidade oriente a atividade jurisdicional, o juiz continua sujeito às limitações cognitivas inerentes à condição humana. Por meio de revisão interdisciplinar, pretende-se compreender o impacto desses vieses e propor caminhos que reduzam seus efeitos negativos, contribuindo para uma atuação judicial mais consciente e racional.

Palavras-Chave: vieses cognitivos; imparcialidade judicial; decisão judicial; psicologia cognitiva; racionalidade.

EXECUÇÃO PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: efetividade e desafios no sistema prisional brasileiro

Vitória Marine Santos Domingos. UninCor. vitoria.domingos@aluno.unincor.edu.br
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

O presente artigo analisa a efetividade do monitoramento eletrônico como medida de execução penal no Brasil, investigando se essa tecnologia representa uma alternativa viável ao encarceramento ou se constitui apenas uma resposta paliativa diante do colapso do sistema prisional. A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise normativa. Foram examinadas a legislação pertinente, decisões judiciais relevantes, relatórios institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), bem como obras de referência da criminologia crítica e da doutrina jurídica. Os efeitos apontam que, embora o monitoramento eletrônico contribua para reduzir custos e favorecer a permanência do apenado em seu convívio familiar e social, ele não enfrenta as causas estruturais da crise penitenciária brasileira. Ademais, tende a reproduzir a seletividade penal e o estigma social, ampliando o alcance do controle punitivo. Entende-se que o monitoramento eletrônico possui efetividade limitada, devendo ser compreendido como instrumento auxiliar, cuja eficiência depende de políticas públicas integradas de reinserção social, educação e acompanhamento psicossocial. Assim, sua aplicação isolada não é suficiente para promover uma transformação estrutural no sistema penal brasileiro.

Palavra- chave: Monitoramento eletrônico. Execução penal. Efetividade.

O DIREITO PENAL E A INIMPUTABILIDADE DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Matheus Henrique de Carvalho. UninCor. mxhc13@gmail.com
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

A inimputabilidade penal de indivíduos com transtornos mentais é tema de grande relevância no Direito Penal brasileiro, pois envolve equilibrar a proteção da sociedade com a garantia dos direitos fundamentais daqueles que não possuem plena capacidade de compreender o caráter ilícito de seus atos ou de se autodeterminar de acordo com essa compreensão. O artigo analisa a inimputabilidade penal sob uma perspectiva jurídica e prática, abordando seus fundamentos, critérios de caracterização e implicações na identificação de casos de simulação da loucura. De caráter explicativo e natureza bibliográfica, o estudo fundamenta-se na legislação, doutrina, jurisprudência, documentos oficiais e manuais clínicos, como o *DSM-5* e a *Classificação Internacional de Doenças* (CID). Os resultados evidenciam que o Código Penal de 1940 adotou o sistema biopsicológico, que exige a presença de doença mental e a incapacidade total de entendimento do caráter ilícito do fato ou de autodeterminação, sendo a perícia psiquiátrica o principal instrumento para o reconhecimento da inimputabilidade e para a diferenciação entre insanidade real e simulação da loucura. Observa-se, portanto, que a correta aplicação da inimputabilidade penal depende do rigor técnico das perícias, da capacitação dos profissionais envolvidos e do equilíbrio entre a responsabilização penal e a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

Palavras-Chave: Inimputabilidade penal; Transtornos mentais; Direito penal; Simulação da loucura; Insanidade mental.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA QUALIFICADORA DO HOMICÍDIO FUNCIONAL EM FACE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Lucas Pereira Brasil Ribeiro. UninCor. studiolucasbrasil@hotmail.com
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

No presente artigo analisou-se a atual formulação da qualificadora do homicídio funcional, prevista no art. 121, §2º, VII, do Código Penal, verificando se tal dispositivo é constitucional em face do princípio da isonomia, consagrado no art. 5º, *caput*, da Carta Magna. Para tanto, buscou-se esclarecer a finalidade do direito penal e as funções que cumpre a pena, bem como analisou-se o princípio da isonomia em sua dupla face (paridade e valoração) e como devem ser realizadas as devidas distinções, para, ao final, confrontar as modificações introduzidas pelas Leis n. 13.142/2015 e n. 15.134/2025. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando obras de penalistas das doutrinas majoritária e minoritária. Concluiu-se que a norma do homicídio funcional é inconstitucional, pois emprega a função preventiva por intimidação para parentes por afinidade das autoridades da alínea b, mas protege apenas os parentes consanguíneos das autoridades da alínea a, sem uma justificativa razoável para a distinção.

Palavras-Chave: isonomia; homicídio funcional; constitucionalidade.

LAUDO PARTICULAR E A PERÍCIA OFICIAL NO CONTEXTO DO BPC/LOAS: uma análise comparativa

Gabriela dos Reis Sales. UninCor. gabireisales52@gmail.com
Daniel Tardeli Valadão. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

O acesso à previdência social é um direito fundamental que garante proteção ao cidadão em situações de incapacidade, idade avançada ou vulnerabilidade. No entanto, as dificuldades de acesso à perícia médica oficial do INSS têm se mostrado um obstáculo à efetivação desse direito, comprometendo a concessão de benefícios essenciais à subsistência. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a força probatória do laudo médico particular no processo previdenciário, considerando as limitações de acesso à perícia do INSS e os princípios do contraditório e da ampla defesa. Como objetivos específicos, busca-se: Investigar o papel do laudo particular como início ou complemento de prova; avaliar a aplicação dos princípios constitucionais na aceitação dessa prova e analisar a relevância social do BPC/LOAS diante da demora nas perícias oficiais. A metodologia utilizada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Foram analisadas obras doutrinárias, como as de Gustavo Filipe Barbosa Garcia, além da Constituição Federal, das Leis nº 8.213/91 e nº 8.742/93 e do Código de Processo Civil, bem como decisões do STF, STJ e Tribunais Regionais Federais sobre o tema. Assim, o estudo busca demonstrar como o reconhecimento do laudo médico particular pode contribuir para a efetividade do direito previdenciário e a concretização da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Previdência; Benefício de Prestação Continuada; Perícia Médica Particular.

COBERTURA HOSPITALAR PELOS PLANOS DE SAÚDE E SUAS NEGATIVAS

Jaqueline Paralovo Costa. UninCor. jaqueline.paralovo@aluno.unincor.edu.br

Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar juridicamente as negativas de cobertura hospitalar realizadas pelos planos de saúde, verificando em quais situações essas práticas configuram abusos em afronta ao Código de Defesa do Consumidor e à legislação específica que regula o setor. A pesquisa parte da constatação do crescimento expressivo das reclamações relacionadas a negativas de cobertura, conforme dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que apontam aumento de 374% nas queixas em uma década, demonstrando a urgência e relevância do tema. Busca-se identificar as principais justificativas apresentadas pelas operadoras para negar procedimentos, internações e fornecimento de materiais hospitalares, confrontando-as com o ordenamento jurídico vigente, especialmente a Lei nº 9.656/1998 e o Código de Defesa do Consumidor. Além disso, o estudo analisa as jurisprudências recentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, avaliando seus impactos na efetivação do direito à saúde e na proteção do consumidor no âmbito da saúde suplementar. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com o intuito de compreender e interpretar os aspectos legais e práticos que envolvem as negativas de cobertura. Por fim, pretende-se demonstrar que as negativas injustificadas de cobertura hospitalar violam não apenas normas infraconstitucionais, mas também o direito fundamental à saúde e à dignidade humana, previstos na Constituição Federal, ressaltando a importância de uma atuação judicial e legislativa mais protetiva em relação ao paciente-consumidor.

Palavras-chave: planos de saúde; negativa de cobertura; Código de Defesa do Consumidor; direito à saúde; abusividade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CURADOR SOBRE A TOMADA DE DECISÕES MÉDICAS DE PESSOAS INTERDITAS: análise a luz do Direito Civil Brasileiro

Lana Carvalho de Oliveira. UninCor. lane.oliveira@aluno.unincor.edu.br
Giovanni Jonatas de Souza. UninCor. prof.giovanni.souza@unincor.edu.br

O presente trabalho versa sobre o instituto da curatela, destacando sobretudo o papel do curador e suas responsabilidades frente as tomadas de decisões médicas em relação ao curatelado. A pesquisa visa analisar todos os parâmetros legais e éticos que disciplinam a atuação do curador, identificando os instrumentos jurídicos de proteção do interditando frente a condutas negligentes. Fundamentado no Código Civil, Código de Processo Civil, na Constituição Federal e demais legislações correlacionadas ao tema. O estudo enfatiza sobretudo, a necessidade de uma atuação ética, visando a dignidade da pessoa humana e o melhor interesse do curatelado. Foi utilizada a metodologia qualitativa e de revisão bibliográfica, em busca de compreender as limitações e obrigações impostas ao curador, as penalidades aplicáveis em caso de negligência e o papel fiscalizador do Ministério Público, do Judiciário e o papel dos profissionais da saúde na efetivação da tutela jurídica e na promoção da autonomia e do bem estar do interdito.

Palavras-Chave: curatelado; curador; limitações; obrigações; negligência.

INDEFERIMENTO INDEVIDO EM COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: limites de atuação e responsabilidade por danos morais

Débora Andrade Pinto. UninCor. debora.pinto@aluno.unincor.edu.br
Giovanni Jonatas de Souza. UninCor. prof.giovanni.souza@unincor.edu.br

O Brasil, ao longo de sua história, tem buscado maneiras de enfrentar as profundas desigualdades socioeconômicas e raciais deixadas como herança de um passado marcado pela escravidão e pela marginalização da população negra. Entre os instrumentos criados nesse esforço, as Ações Afirmativas se destacam como mecanismos de justiça social e inclusão. Nesse contexto, as cotas raciais, especialmente nos concursos públicos e nos processos seletivos para o ensino superior, consolidaram-se como política pública essencial, amparada pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Para garantir a efetividade dessa política e coibir fraudes na autodeclaração, foram instituídas as Comissões de Heteroidentificação, responsáveis por analisar o fenótipo dos candidatos. Apesar da importância e legitimidade dessas comissões, sua atuação não está livre de controvérsias, quando o processo de avaliação ultrapassa limites legais e constitucionais, resultando em indeferimentos indevidos que atingem dignidade, honra, imagem e identidade. O objetivo geral é verificar em que medida o indeferimento indevido pode configurar violação a direitos da personalidade, ensejando responsabilização civil por danos morais. A pesquisa é aplicada, com abordagem qualitativa e método dedutivo, desenvolvida por revisão bibliográfica e documental, com caráter exploratório e explicativo, analisando legislação, doutrina e decisões judiciais.

Palavras-Chave: Heteroidentificação; Direitos da Personalidade; Responsabilidade Civil.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DESAFIOS À LUZ DA LGPD NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Lucas dos Santos Machado Pires. UninCor. lucas.pires@aluno.unincor.edu.br
Daniel Tardeli Valadão. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

O presente artigo aborda os desafios enfrentados pelo judiciário, especialmente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a implementação de sistemas de inteligência artificial, e a conformidade com a Lei nº 13.709/2018, visto que a incorporação da IA no judiciário representa uma transformação enorme na prestação jurisdicional, ao promover maior eficiência e celeridade processual. O uso indiscriminado de dados pessoais sensíveis nesses sistemas gera preocupação quanto à privacidade, transparência e à segurança da informação, especialmente nos processos que tramitam sob sigilo de justiça e, diante disso, o estudo busca compreender como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem conciliado inovação tecnológica e proteção de dados, avaliando sua governança e os riscos decorrentes do uso de algoritmos e sistemas automatizados ou generativos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada em análise bibliográfica e documental, para verificar os avanços na adoção de políticas de adequação e transparência, e os desafios quanto a diminuição de vieses algorítmicos e proteção efetiva dos dados pessoais. A adoção da inteligência artificial no âmbito do TJMG exige um fortalecimento da governança de dados de modo a equilibrar inovação, eficiência e respeito aos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: governança de dados; judiciário; inteligência artificial.

PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E CUMULAÇÃO DE ALIMENTOS: reflexões à luz do princípio do melhor interesse da criança

Larissa Karen Andrade. UninCor. larissakaren12@yahoo.com
Carlos Eduardo Pinheiro Marcelino de Oliveira. UninCor. prof.carlos.oliveira@unincor.edu.br

A pesquisa analisa a evolução das relações familiares no Direito brasileiro, destacando a ampliação da filiação da dimensão biológica para a socioafetiva, reconhecida juridicamente como geradora de efeitos plenos, incluindo o dever de prestar alimentos. O estudo investiga se é possível a cumulação judicial de alimentos entre pai biológico e pai socioafetivo, partindo da hipótese de que, diante da multiparentalidade, a obrigação alimentar é complementar, cabendo a ambos contribuir para a subsistência do filho, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, solidariedade familiar e melhor interesse da criança. O objetivo geral é analisar a natureza e extensão do dever alimentar na paternidade socioafetiva, avaliando a viabilidade da cumulação com o pai biológico. Os objetivos específicos incluem examinar os fundamentos constitucionais, legais e principiológicos da obrigação alimentar; estudar a evolução da filiação, da paternidade socioafetiva e da multiparentalidade; analisar a cumulação de alimentos na doutrina e jurisprudência; e avaliar a função complementar da socioafetividade na fixação dos alimentos. O estudo se justifica pela relevância social e acadêmica, considerando que a multiparentalidade fortalece a tutela das relações familiares, mas gera debates sobre a responsabilidade patrimonial dos pais, contribuindo para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. A metodologia é qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e análise de jurisprudência do STF e STJ. O trabalho aborda fundamentos jurídicos da obrigação alimentar, evolução da filiação, paternidade socioafetiva, multiparentalidade e a cumulação de alimentos entre pai biológico e socioafetivo.

Palavras-Chave: Paternidade socioafetiva; Filiação; Multiparentalidade; Obrigação alimentar; Cumulação de alimentos; Direito de família; Melhor interesse da criança; Solidariedade familiar.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES: o dano moral por abandono afetivo

Ana Elisa Fonseca Mafra. UninCor. ana.mafra@aluno.unincor.edu.br
Giovanni Jonatas de Souza. UninCor. prof.giovanni.souza@unincor.edu.br

O presente trabalho estuda a possibilidade e os fundamentos jurídicos da Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo no Direito brasileiro, demonstrando que a omissão dos genitores no cumprimento do dever de cuidado pode gerar o dever de indenizar por dano moral. O estudo se baseia na premissa de que a família moderna é estruturada pelo Princípio da Afetividade e não mais exclusivamente pelo vínculo biológico. Metodologicamente, a pesquisa se classifica como exploratória e bibliográfica, fundamentada na análise de doutrina, legislação (Constituição Federal, Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos científicos. Discutiu-se que o abandono afetivo configura ato ilícito civil (art. 186 do Código Civil), pois viola o dever legal de assistência e convivência, inerente ao poder familiar (art. 1.634 do Código Civil) e o princípio constitucional do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente (art. 227 da Constituição Federal). Para a concretização da reparação, o dano moral deve ser comprovado, sendo a indenização um mecanismo de função compensatória para a vítima e de caráter pedagógico/punitivo para o genitor negligente. Conclui-se que o reconhecimento desse tipo de dano reafirma o valor jurídico da afetividade e a seriedade do dever parental.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil; Abandono Afetivo; Dano Moral.

A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA DIANTE DA MANUTENÇÃO DE CONTATO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR

Bruna Barbosa Silva. UninCor. brunabarbosa2020@outlook.com
Daniel Tardeli Valadão. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

Introdução : A violência doméstica contra a mulher permanece como um problema estrutural no Brasil, marcado por fatores emocionais, econômicos e sociais que dificultam a ruptura do ciclo de agressões. As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha foram criadas para garantir a segurança da vítima e interromper a continuidade da violência; contudo, sua efetividade pode ser reduzida quando a mulher mantém contato com o agressor. Este artigo tem como objetivo analisar os fatores que levam à manutenção desse vínculo e como isso interfere na execução das medidas protetivas. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos jurídicos publicados entre 2010 e 2025. Os resultados apontam que o contato com o agressor não implica ausência de risco, mas reflete elementos como dependência emocional, vulnerabilidade econômica, manipulação psicológica e pressão social. Observou-se, ainda, que a interpretação equivocada desse contato pelo sistema de justiça pode comprometer a proteção da vítima. Conclui-se que a eficácia das medidas protetivas depende não apenas da determinação judicial, mas também da atuação intersetorial do Estado, envolvendo apoio psicossocial contínuo, fortalecimento das redes de proteção e ações que promovam autonomia econômica da mulher:

Palavras-Chave: Medida protetiva; Lei Maria da Penha; Aplicação e desafios; Vítima e agressor.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR EM CASOS DE DANOS À SAÚDE MENTAL DO EMPREGADO

Maria Clara Simoni Salles. UninCor. maria.salles@aluno.unincor.edu.br
Giovanni Jonatas de Souza. UninCor. prof.giovanni.souza@unincor.edu.br

As doenças ocupacionais tem ganhado cada vez mais notoriedade na sociedade atual. São aquelas desenvolvidas em ambientes trabalhistas por diversos fatores e que levam o empregado a desencadear sintomas físicos ou psicológicos. Esse desenvolvimento são, muitas vezes, de responsabilidade do empregador, quando comprovado o nexo causal entre o âmbito trabalhista e a doença. A pesquisa tem por escopo definir quando o empregador será responsável pelos danos psicológicos causados ao empregado e quais reflexos jurídicos podem incidir. Para alcançar os resultados a pesquisa é de natureza aplicada no campo trabalhista, desenvolvidas a partir de objetivos exploratórios e explicativos, sendo utilizada a revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, sendo conduzida por legislação pertinente e obras doutrinárias de referência. Além do aprofundamento sobre doenças ocupacionais e síndrome de burnout, foram analisadas decisões a respeito da responsabilização civil do empregador em diferentes casos. Assim, ao pleitear seus direitos na justiça, é necessário que o empregado apresente provas minuciosamente analisadas e válidas para que a responsabilidade civil seja atribuída ao empregado.

Palavras-chave: doenças ocupacionais; nexo causal; burnout; responsabilidade civil.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA CONTRA ABUSOS FAMILIARES À LUZ DO ECA

Lauana Sarah Mafra Salgado. UninCor. lauana.salgado@aluno.unincor.edu.br

Daniel Tardeli Valadão. UninCor. prof.daniel.ribeiro@unincor.edu.br

A violência familiar contra crianças com deficiência é um problema grave e invisível, que as torna mais propensas a serem vítimas de abusos do que crianças sem deficiência. A violência familiar contra crianças com deficiência, caracterizada por abuso físico, psicológico, sexual, negligência e discriminação, tem, por vezes, mas não preponderante, causas como sobrecarga de cuidadores, falta de apoio estatal e preconceito social, sendo as mães, pais e irmãos os principais agressores. Visando a proteção à criança e adolescente, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco legal na proteção integral das crianças e dos adolescentes com deficiência, assegurando que eles tenham os mesmos direitos que os demais, sem qualquer tipo de discriminação, salientando com bastante ênfase que todos os direitos são aplicáveis a crianças e adolescentes sem discriminação por motivo de deficiência. Neste trabalho encontra-se a exposição do problema que envolve a violência a crianças e adolescentes com deficiências diante de normativas, especificamente no meio familiar com suas consequências aos atores afligidos, objetivando ações que auxiliem a busca por efetiva proteção a crianças e adolescentes com deficiências, já com grande dificuldade por si só.

Palavras-chave: proteção, deficiência, crianças e adolescentes, família.

O PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA COMO PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS

Rayssa Andrade Penha. UninCor. rayssandrade0@gmail.com
Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

No presente artigo, analisou-se o requisito de admissibilidade afeto aos recursos excepcionais, intitulado prequestionamento, em face das matérias de ordem pública. O que se pretendeu responder foi se é possível o conhecimento dos recursos especial e extraordinário por parte dos Tribunais de Superposição tratando de matéria de ordem pública quando esta, no desenvolvimento do processo em dupla instância, não fora prequestionada. Para tanto, buscou-se conceituar os recursos excepcionais, bem como seus efeitos translativo e devolutivo, analisando estes no nível de profundidade necessário. Ato contínuo, conceituou-se o próprio prequestionamento e destacou a evolução de seu entendimento ao longo do evoluir legal e jurisprudencial. Após, discutiu-se a ponderação de princípios e destacou-se os postulados essenciais atinentes ao tema. O estudo foi realizado mediante pesquisa bibliográfica, em obras de processualistas civis, além do que a partir de análise de precedentes do Tribunal da Cidadania e da Corte Constitucional. Ao final, concluiu-se pela relativização do requisito do prequestionamento ante as matérias de ordem pública.

Palavras-Chave: recurso especial; recurso extraordinário; prequestionamento; matérias de ordem pública; ponderação de princípios.

ADOÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO: avanços e desafios

Cynthia kaori fukazawa. UninCor. kaorifukazawa@ymail.com
Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

O presente estudo analisa a adoção socioafetiva no ordenamento jurídico brasileiro, buscando compreender sua evolução, fundamentos legais, impactos sociais e os desafios enfrentados para sua consolidação. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, apresenta como pilar central o reconhecimento do afeto como elemento formador dos vínculos familiares, em concordância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e da igualdade entre os filhos. O estudo evidencia que a filiação socioafetiva, ao ser incorporada à jurisprudência e à doutrina contemporânea, transformou-se em instrumento de efetivação da justiça social, assegurando proteção jurídica a vínculos baseados na convivência e no cuidado. Foram analisadas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a multiparentalidade e a igualdade entre filhos biológicos e socioafetivos. Por outro lado, o trabalho aponta obstáculos ainda existentes, como a ausência de lei federal específica, a insegurança jurídica e a necessidade de padronização dos procedimentos extrajudiciais. Concluiu-se que o avanço da adoção socioafetiva representa uma conquista jurídica, emocional e social, reforçando o valor jurídico do afeto nas novas estruturas familiares contemporâneas.

Palavras-Chave: Adoção socioafetiva; Dignidade da pessoa humana; Filiação; Multiparentalidade; Afetividade.

GOLPES E FRAUDES DO FALSO ADVOGADO: como garantir o ressarcimento das vítimas de falsos advogados?

Rayane Rosa de Castro. UninCor. rayane.castro@aluno.unincor.edu.br
Giovanni Jonatas de Souza. UninCor. prof.giovanni.souza@unincor.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fundamentos jurídicos e os meios de responsabilização civil aplicáveis nos casos de golpes praticados por falsos advogados no Brasil, especialmente aqueles cometidos por indivíduos que se passam por profissionais regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), enganando clientes e causando prejuízos patrimoniais e morais. A pesquisa parte da premissa de que instituições financeiras, órgãos públicos e as próprias plataformas digitais utilizadas para o cometimento das fraudes podem possuir responsabilidade solidária ou subsidiária, quando há falha no dever de segurança e informação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com base em doutrina, jurisprudência, legislação (Constituição Federal, Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e Estatuto da OAB) e estudos acadêmicos sobre fraudes digitais. Constatou-se que tais golpes configuram ato ilícito (art. 186 do Código Civil), gerando o dever de reparar o dano, sendo aplicável também o art. 927 do Código Civil e o regime de responsabilidade objetiva previsto no Código de Defesa do Consumidor, quando ocorre falha de prestação de serviço por parte de bancos e intermediadores financeiros. A indenização, além de compensar o prejuízo da vítima, possui caráter pedagógico, coibindo novas práticas ilícitas. Conclui-se que o fortalecimento dos mecanismos de prevenção, a melhoria da fiscalização profissional e o reconhecimento da responsabilidade de agentes que contribuem para a fraude são essenciais para assegurar o ressarcimento das vítimas e a efetividade da tutela jurídica.

Palavras-Chave: golpe do falso advogado, fraudes digitais, responsabilidade civil, indenização.

DIREITO DE FAMÍLIA: a responsabilidade civil por abandono afetivo de incapaz e suas consequências no ordenamento jurídico brasileiro

Yasmin Aparecida Oliveira de Faveri. UninCor. yasminapolifaveri@gmail.com

Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

O presente artigo tem por objetivo analisar a responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo de incapaz e suas implicações no ordenamento jurídico brasileiro, sob a ótica da doutrina, legislação e jurisprudência. O artigo tem como objetivo principal compreender como os tribunais brasileiros têm aplicado a responsabilidade civil nesses casos, identificando os fundamentos legais e os critérios utilizados para o reconhecimento ou afastamento da indenização por danos morais. Ademais, a presente pesquisa visa, também, analisar a Lei 15.240/2025, a qual alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visando reconhecer o abandono afetivo como ilícito civil, passível de reparação por danos. Com esta mudança, os pais passam a ter o dever legal de prestar assistência afetiva aos filhos, além das obrigações previstas quanto ao sustento, guarda e educação. O estudo evidencia que, embora o amor não possa ser juridicamente exigido, o dever de cuidado, convivência e afeto é previsto em lei, sendo sua omissão passível de reparação. A metodologia empregada nesta pesquisa acadêmica é qualitativa, exploratória e descritiva, com base em pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e artigos científicos já publicados. A análise demonstra que a responsabilidade civil por abandono afetivo ainda encontra divergências nos tribunais, mas representa importante instrumento de tutela da dignidade da pessoa humana e da efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Conclui-se, portanto, que a indenização por abandono afetivo possui caráter não apenas compensatório, mas também pedagógico e preventivo, reafirmando a necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares e da corresponsabilidade parental.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Responsabilidade civil. Criança e adolescente. Dignidade da pessoa humana. Direito de família.

A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO TRABALHADOR RURAL

Ana Júlia de Carvalho Silva. UninCor. ana.decarvalho@aluno.unincor.edu.br

Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

A proteção previdenciária ao trabalhador rural brasileiro simboliza um avanço importante na consolidação da justiça social prevista na Constituição Federal de 1988. Contudo, mesmo com avanços significativos, a efetividade dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à burocracia, às diferenças regionais e às limitações institucionais. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a efetividade da proteção previdenciária direcionada ao trabalhador rural no Brasil, analisando o alcance das leis, a dificuldade ao acesso ao benefício e o impacto social nas reformas recentes. Essa pesquisa é uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada na análise bibliográfica de artigos científicos publicados de 2020 a 2025, bem como a análise de leis vinculadas à seguridade social.

Palavras-chave: Previdência Social; Trabalhador Rural; Políticas Públicas; Desigualdade Social; Reforma Previdenciária.

ADULTIZAÇÃO PRECOCE PELAS MÍDIAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: os desafios para sua efetividade

Mayra Campos Adão. UninCor. mayra.adão@aluno.unincor.edu.br
Heidrian Pereira Belmiro. UninCor. 7096209697@unincor.edu.br

O presente estudo teve como objetivo analisar o fenômeno da adultização precoce promovida pelas mídias sociais e suas implicações à luz da proteção integral assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir de uma abordagem explicativa, buscou-se compreender como a exposição antecipada a conteúdos e práticas adultizadas impactam o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes. Para tanto, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica, com base em artigos científicos, legislações, doutrinas e jurisprudências pertinentes ao tema. A pesquisa evidenciou que a adultização precoce, estimulada pelo consumo massivo de redes sociais, fragilizava direitos fundamentais e desafiava a efetividade das garantias legais previstas no ECA. Concluiu-se que é necessária a adoção de estratégias de proteção mais eficazes, envolvendo família, escola, sociedade e órgãos estatais, de modo a assegurar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente em consonância com os princípios constitucionais da dignidade humana e da prioridade absoluta.

Palavras-chave: Adultização precoce; Mídias sociais; Criança e adolescente; Estatuto da Criança e do Adolescente; Proteção integral.

A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES E OS EFEITOS JURÍDICOS DA AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DETRAN

Felipe Gesiel Rodrigues Antunes de Moraes. UninCor. felipegesiel99@gmail.com
Carlos Eduardo Pinheiro Marcelino de Oliveira. UninCor. prof.carlos.oliveira@unincor.edu.br

No presente artigo analisou-se a responsabilidade atribuída ao antigo proprietário de veículo automotor diante da ausência de comunicação da transferência ao órgão executivo de trânsito, conforme previsto no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro. Buscou-se investigar se tal mecanismo normativo revela coerência com os princípios de segurança jurídica, eficiência administrativa e razoabilidade, especialmente diante da evolução tecnológica e da ampliação dos meios eletrônicos de registro veicular. Para tanto, examinou-se a natureza jurídica da transferência de propriedade de veículos e a função administrativa da comunicação ao DETRAN, confrontando-se o regime legal vigente com a prática cotidiana enfrentada pelo cidadão vendedor. Com base em pesquisa bibliográfica, normativa e jurisprudencial — notadamente decisões do Superior Tribunal de Justiça — verificou-se que, embora a responsabilização solidária prevista na legislação tenha fundamento na proteção do interesse público e na necessidade de atualização cadastral, sua aplicação revela descompasso entre a teoria normativa e a realidade operacional do Estado. Concluiu-se que o sistema atual, ao impor ao vendedor ônus desproporcional e por vezes intransponível, carece de aprimoramentos tecnológicos e administrativos, de modo a harmonizar o cumprimento do dever legal com a efetividade dos serviços públicos e a justiça material entre as partes envolvidas na transação veicular.

Palavras-chave: transferência de veículos; responsabilidade do vendedor; artigo 134 do CTB; segurança jurídica; administração pública.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Walber Eduardo Maciel Silva. UninCor. walber.silva@aluno.unincor.edu.br

Júlio Cesar de Paiva. UninCor. jcplicitacoes@gmail.com

O presente estudo tem por finalidade analisar a influência que a mídia exerce na íntima convicção da sociedade em especial do conselho de sentença no Tribunal do Júri. Nesse diapasão, o objetivo principal e geral é analisar o impacto que a mídia exerce sobre as decisões do Tribunal do Júri, buscando compreender em que medida a exposição midiática pode condicionar ou direcionar a formação do convencimento dos jurados no âmbito do conselho de sentença. Para tanto, nos objetivos específicos trata-se de análise do rito especial do tribunal do júri e a competência do conselho de jurados, a influência da mídia na tomada de decisão e por fim identificar estratégias jurídicas para a mitigação do problema. Em relação à metodologia, é uma pesquisa qualitativa, sendo o estudo bibliográfico, caracterizando a pesquisa descritiva. Como principal resultado, fica evidente o poder que a mídia em geral exerce na formação de opinião e como isso influencia tanto positivamente como negativamente no resultado do júri.

Palavras-chave: Influência da mídia; Decisões do conselho de sentença do tribunal do júri.

EXECUÇÃO PENAL HUMANIZADA: a experiência das APACs no sistema penal brasileiro

Jéssica Amaral Magalhães. UninCor. jmagalhaes_cp@hotmail.com
Irenice Teixeira Trolese Xavier. UninCor. prof.irenice.xavier@unincor.edu.br

A superlotação, a desumanidade dentro dos presídios e a falência do sistema penitenciário brasileiro são assuntos bastante debatidos no âmbito jurídico, no âmbito social e não saem das manchetes midiáticas, nos dias de hoje. Da mesma forma, a aberração pela ressocialização dos apenados está presente em pautas, debates, projetos para formulação de novas políticas públicas (que nunca saem do papel), como uma tentativa dar cumprimento tanto à dignidade da pessoa humana, à efetividade da individualidade da pena e à promoção de uma sociedade mais justa. A pesquisa buscar analisar de que forma o modelo APAC se apresenta como uma forma de execução penal humanizada e eficaz na ressocialização dos apenados. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Optou-se por esse delineamento metodológico por entender que a análise do monitoramento eletrônico, enquanto medida de execução penal, demanda reflexão crítica sobre os marcos normativos, a literatura especializada e os dados institucionais disponíveis, mais do que a mensuração estatística de variáveis isoladas. Por fim conclui que o método APAC mostrou-se uma proposta diferenciada por priorizar a dignidade da pessoa humana, a individualização da pena e a corresponsabilidade do recuperando em seu próprio processo de mudança. A aplicação dos princípios apaqueanos, como o trabalho, a espiritualidade, a valorização humana e o envolvimento da comunidade, demonstra resultados concretos na redução dos índices de reincidência e na reconstrução da identidade social do apenado.

Palavras-Chave: APAC. Lei da Execução Penal. Ressocialização. Sistema Prisional